

- 9 JUN 1988

# Brossard exonera secretário do CDDPH

por Eliana Simonetti  
de Brasília

"O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) pode ter importância fundamental, mas não funciona se não for estruturado de forma definida e independente do Poder Executivo." Esta é a opinião do ex-secretário-executivo do Conselho, o advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, afastado do cargo na última quinta-feira pelo ministro da Justiça, Paulo Brossard.

Segundo o chefe do gabinete do ministro, Flávio Sales, a substituição dos cargos-chave dos órgãos do Ministério da Justiça vem sendo feita aos poucos. Neste caso específico, como o cargo de secretário-executivo do CDDPH é de confiança, o ministro preferiu que fosse ocupado por seu assessor jurídico, José Fernando Cirne Lima Eichemberg, que passa a acumular as funções.

## MAIS DENÚNCIAS

Em entrevista a este jornal, Almeida Castro afirmou que o secretário-executivo do Conselho "tem de comungar das idéias do ministro da Justiça — presidente do Conselho — principalmente no que diz respeito à violência rural, que hoje representa 70% dos problemas que chegam ao CDDPH". Isto porque, segundo explicou, da forma como está estruturado, o Conselho é presidencialista, dependendo, em suas atitudes, das decisões do ministro.

Almeida Castro ocupou por sete meses a secretaria do Conselho, que, criado por lei em 1964, não tinha tomado nenhuma decisão importante até o ano passado. Ele conta que, desde que o órgão foi reativado, em dezembro último, o volume de denúncias cresceu muito. E o ex-ministro da Justiça, Fernando Lyra, chegou a criar quatro assessorias para a secretaria executiva em áreas específicas.

Essas assessorias, no entanto, nunca foram ativadas por Brossard, assim como ainda não foi criado oficialmente o cargo de secretário-executivo do Conselho, que não recebe por seu trabalho. Para o ex-secretário, muita coisa deveria ser mudada no Conselho, a começar pela maior representatividade da sociedade civil, o que possibilitaria seu funcionamento independentemente da feição no ministério. Um estudo nesse sentido deveria ser feito no mês que vêm, após visita a conselhos de outros países, sob os auspícios de um convênio com a ONU. "A intenção", diz Almeida Castro, "era reestruturar o Conselho, no sentido de estreitar sua relação com a sociedade e desvinculá-lo do poder constituído."

Consultado por este jornal, o ministro da Justiça afirmou que, "por enquanto", não pretende mudar o Conselho. Mas "ele não pode ser uma superdelegacia de polícia, tem de ficar em assuntos mais amplos, que lhe caibam". Ele pretende levar ao Conselho, por exemplo, o caso da experiência que está sendo feita, sob a orientação da Unicamp, com pílulas anticoncepcionais proibidas, que é um problema de interesse público. "Os conflitos de terras são de competência de outros órgãos."

## ASSASSINO PRESO

Entre as decisões importantes tomadas pelo CDDPH neste ano, estão as que recomendam a abertura de comissões de inquérito para verificar a causa da violência no Pará e na região do "Bico do Papagaio". Essa última foi decidida em reunião no mês de maio, em processo movido pela morte do padre Josimo Tavares na cidade de Imperatriz, no Maranhão, por questões de terras. Em seu voto, o relator, deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB/PE), chegou a comentar sua preocupação diante do fato de ter havido denúncia da intenção do assassinato do padre ao Conselho e ao Ministério da Justiça, dias antes de ele ser morto. As comissões, cuja criação depende de ato do ministro da Justiça, ainda não existem. Brossard negou para este jornal que o Conselho houvesse votado favoravelmente a criação das comissões de inquérito. Anunciou, no entanto, a prisão, em Goiânia, na sexta-feira, pela Polícia Federal, de um dos assassinos do padre Josimo.